

do moralmente os papéis familiares. As crianças são também, muitas vezes, o elo que tece a rede de solidariedade parental, especialmente diante da necessidade de arranjos familiares no cuidado com os filhos.

O trabalho é, além da família, outro elemento constitutivo da identidade do pobre no mundo urbano. É por meio dele que a vida familiar se viabiliza, pois o trabalho é "concebido como parte complementar das atribuições familiares, segundo a lógica de obrigações que caracteriza as relações familiares" (p.73). Estabelece no universo simbólico do pobre uma distinção positiva com o "outro", que, neste caso, pode tanto ser o vagabundo pobre, sem disposição para trabalhar, como o rico/patrão que apenas compra a força de trabalho. Contudo, seguindo a lógica das atribuições específicas aos papéis sexuais nestas famílias, uma mesma moral do trabalho adquire diferentes significados para homens e mulheres. Sarti nos mostra que o trabalho de provedor é próprio da função masculina, já o trabalho da mulher é referido a partir do lugar dela no universo familiar. Isto não significa que estas mulheres não exerçam algum trabalho remunerado, este se institui na lógica das obrigações familiares — que estão em primeiro plano. Nesta perspectiva, o trabalho remunerado não se configura, segundo Sarti, obrigatoriamente em um meio de afirmação individual para a mulher. O processo de individuação destes sujeitos é dependente de uma rede de relações. O mundo do trabalho tanto de homens quanto de mulheres pobres só pode, então, ser compreendido se for levado em consideração seu valor moral, a partir de um modelo de relações de obrigações próprias ao universo familiar.

A pesquisa de Sarti vai mais além das relações intrafamiliares. Buscando compreender a forma como os pobres se situam no mundo social, procura "discutir como os moradores da periferia constroem fronteiras simbólicas de diferenciação entre si e que sentido tem esta construção" (p.90). Características como a confiança e a solidariedade são fundamentais no estabelecimento de relações, inclusive em detrimento de parentes consanguíneos. Estes vínculos, traduzidos em obrigações morais, tornam-se, em certas condições, mais importantes do que os elos de sangue.

No entanto, "solidariedade e rivalidade não caminham juntas", uma vez que seu vizinho, tal como um espelho, atua como parâmetro de identificação positiva e negativa, reflexo de uma sociedade que também é constituída por contrastes e desigualdades.

Sem dúvida, trata-se de um trabalho que nos leva a refletir sobre algumas teses há muito enraizadas nas ciências humanas, em especial nos estudos sobre as famílias. Para tais estudos, o debate promovido por esta pesquisa será agitado, porém fecundo.

Sandra Ridenti

GÊNERO E SAÚDE

Marta Júlia Marques Lopes, Dagmar Estermann Meyer e Vera Regina Waldow (orgs.)
Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 156 p.

Gênero e Saúde reúne trabalhos de autores com formação nas áreas da educação, sociologia, história, psicologia, enfermagem e serviço social no Brasil, América do Norte e Europa. A obra divide-se em duas partes. A primeira, composta de quatro capítulos, discute elementos teóricos sobre a questão de gênero. A segunda parte apresenta seis capítulos que articulam gênero, saúde e trabalho através de relatos de pesquisa.

Este trabalho é o segundo de uma série de três livros das organizadoras. O primeiro, *Maneiras de cuidar, maneiras de ensinar*, voltava-se especialmente para abordagens históricas, sociais e culturais do saber e do fazer em enfermagem no Brasil.

O que caracteriza o livro aqui comentado é uma abertura para um debate maior, qual seja o de gênero, poder, saúde e trabalho em distintos contextos sociais e culturais. O livro não se restringe a uma concepção única de feminismo e gênero, mas lida com a pluralidade destes referenciais, sem perder sua articulação teórica.

Do ponto de vista da sociologia da saúde, seu principal mérito é romper com as abordagens "médico-centristas" que fazem com que em alguns países,

como a Inglaterra, esta disciplina chame-se "*medical sociology*". A ênfase em pesquisas relacionando enfermagem, saúde, gênero e trabalho representa, ao meu ver, uma importante contribuição para os estudos em sociologia da saúde no Brasil.

A fim de mapear os principais tópicos tratados neste volume, apresento a seguir um resumo dos capítulos.

Dentre os capítulos que compõem a primeira parte do livro está a contribuição de Guacira Lopes Louro, que tem por temática o próprio conceito de gênero. Segundo Louro, a perspectiva de gênero como uma contribuição social quer superar as amarras da condição biológica, que por muito tempo foram usadas para explicar as características femininas e masculinas. Isto não significa, no entanto, negar a corporeidade dos sujeitos sociais. Louro propõe a desconstrução das polaridades social/biológico, masculino/feminino, igualdade/diferenciação entre outras, em nome de uma análise que contemple não opostos, mas oposições construídas histórica e lingüisticamente. Com este enfoque ela mostra o potencial político e acadêmico do conceito de gênero, ao mesmo tempo em que critica a centralidade da categoria gênero para explicar uma multiplicidade de oposições (raça, classe, religião etc.) que constituem a identidade feminina.

Danièle Kergoat apresenta em seu capítulo uma discussão concisa sobre as "relações sociais de sexo". Este artigo foi originalmente publicado em 1992 na revista francesa *M*. Ao analisar o termo "relações sociais de sexo", a autora critica os conceitos de gênero, patriarcado, estudos sobre as mulheres, papéis sociais e condição feminina. Sua análise se fundamenta na idéia de que toda a relação social é sexual e as relações sociais de sexo são permeadas por outras relações sociais. Esta análise rompe com modelos biologizantes e universalizantes, afirmando os aspectos de construção social, relação de poder e historicidade das relações sociais de sexo.

O capítulo de Pierre Bourdieu consiste em um texto elaborado para um Seminário do Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho (Paris, França) com o intuito de esclarecer alguns aspectos de sua publicação anterior, intitulada "La do-

mination masculine" (*Actes de la recherche*, n.84, 1990). Retomando aspectos que considerou mal compreendidos por outros autores ou não suficientemente elaborados por ele na época, Bourdieu discute como a dominação masculina é uma dominação simbólica em que as mulheres incorporam e utilizam as mesmas categorias contra as quais tentam se rebelar. Bourdieu traz exemplos sobre a construção social dos órgãos genitais, da relação sexual e do corpo todo. Analisando estes exemplos, explica como práticas sociais usualmente aceitas são educativas para a formação de um *habitus*. Sugiro ao(a) leitor(a) que, antes de ler este capítulo, tome conhecimento do artigo de 1990, citado anteriormente, pois, em alguns momentos o texto é muito condensado e alguns tópicos não são mais explicados porque pressupõem o conhecimento deste artigo. Contudo, a impossibilidade de fazê-lo não invalida de forma alguma a leitura do capítulo que representa mais uma contribuição do eminente sociólogo contemporâneo para os estudos de gênero.

O quarto dos capítulos que se dedicam a gênero como categoria de análise é de Dagmar Estermann Meyer. A autora analisa as relações entre gênero e poder a partir do referencial pós-estruturalista de Joan Scott. Meyer explora a idéia de que "gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder", utilizando-se o conceito de poder segundo Michel Foucault. Esta justaposição permite ver gênero como um discurso, produzido por e produtor de relações de poder, e que, numa dinâmica social complexa, constrói e reconstrói homens, mulheres, masculino e feminino. É neste espaço também que a categoria de "transformação possível" emerge, qualificando as relações de gênero não como relações de dominação, mas como relações de poder.

Na segunda parte do livro, Marta Júlia Marques Lopes contribui com dois capítulos. Em "O sexo do hospital", Lopes analisa o hospital como um espaço predominantemente de mulheres, mas no qual posições de poder decisório são trabalho-de-homem. As relações entre o fazer e o saber médico e os demais profissionais, em especial a enfermagem, são analisadas, e a medicina é apresentada como referência estruturante da hierarquia e da mobilidade das tarefas no

espaço hospitalar. Outros elementos do trabalho em enfermagem são estudados pela autora, como vocação e busca de um saber científico, afirmando-se, ao fim, o processo de reconstituição de identidade do ato de cuidar que vem sendo procurado pela enfermagem.

O segundo capítulo de Lopes analisa como um sistema de "qualidades" — e não de qualificações — tornou-se "natural" para o cuidar de doentes. A autora mostra que a aceitação de certas construções sociais ocorre ao ponto de estas se tornarem naturais. Isto não significa que o que é tido como trabalho masculino e feminino seja idêntico em todas as culturas. Lopes mostra que, ao contrário, as construções sociais de gênero (no caso, o que é trabalho masculino e feminino) são móveis e utilizadas de diferentes modos no mundo do trabalho, parecendo estar relacionadas às "exigências do sistema produtivo a cada período histórico".

O trabalho de enfermagem como um trabalho de mulher também é tema para o capítulo de Tania Mara Zalli Fonseca. A autora diz que cuidar de pessoas doentes é um trabalho de mulher. Para executá-lo, a enfermeira precisa, antes de qualificação técnica, de características socialmente atribuídas à mulher e mãe. Fonseca utiliza o referencial teórico de Bourdieu para explicar como a mulher incorpora, de uma forma psicossomática, a lógica das relações de poder entre homens e mulheres. É a partir dessa perspectiva que Fonseca explica o hospital como uma das "formas materializadas da dominação masculina". Sua análise também se volta, contudo, para as relações de poder entre mulheres trabalhadoras.

A questão da violência contra a mulher é o tema de outro capítulo. Patrícia Krieger Rossi menciona que muitas vezes essa violência pode ser identificada no contato com profissionais da saúde, mas várias abordagens profissionais "naturalizam" a violência ou "patologizam" a mulher e seu agressor, tornando a vítima na "masoquista" e o agressor um "desequilibrado". Rossi apresenta dados de várias pesquisas no tema para enfatizar as relações de gênero envolvidas na violência doméstica.

O capítulo de Vera Regina Waldow volta-se para a prática profissional da enfermagem e a opressão experienciada por enfermeiras nas instituições formadas

ras e nas instituições de saúde onde trabalham. A investigação desse problema foi feita por meio de uma estratégia denominada *consciousness-raising*, em que enfermeiras que eram alunas de um curso de mestrado discutiram as suas experiências de opressão como profissionais e mulheres. O grupo relata, entre outros aspectos, a formação de um(a) profissional assexuado(a) e dependente, mas também vê o(a) enfermeiro(a) como opressor(a) em relação a pacientes e outros membros da equipe de enfermagem. Desse processo de reflexão crítica surgiu a possibilidade de questionar o que antes era tido pelo grupo de alunas como parte da profissão e de buscar novos entendimentos para a relação profissão-gênero em enfermagem.

Regina Rigatto Witt analisa a relação entre gênero e autocuidado em diabetes. Entre cem diabéticos(as) entrevistados(as), o grupo do sexo masculino mostrou-se mais motivado para o autocuidado. Para as mulheres, mais da metade donas de casa, a vida familiar e o trabalho doméstico aparecem como uma responsabilidade que supera ou se equivale em importância ao próprio cuidado com a diabetes. Witt sugere que os(as) profissionais da saúde devem investigar a conduta de autocuidado de diabéticas(os) tendo em vista também as diferenças relacionadas ao gênero.

Em síntese, *Gênero e Saúde* cumpre o que o seu título promete: analisa e ilustra com estudos empíricos algumas das principais tendências do que se está pensando e fazendo no Brasil e no exterior em termos dessas duas áreas. Um senão fica por conta das repetições que ocorrem em pequenos trechos de diferentes capítulos (a superação do biológico pelo conceito de gênero, por exemplo), mas ao mesmo tempo isso dá independência aos capítulos, que podem ser usados individualmente, sem perderem o contexto da obra.

O livro pode interessar a um público bem diversificado, ressaltado, porém, os estudiosos de gênero e profissionais da saúde. Certamente ele é leitura altamente recomendada para alunos de graduação e pós-graduação na área da saúde.

Denise Gastaldo